

Destinatários:

Comissões, GABPAR, Grupos Parlamentares, GABSG, SAR

250 - Sumário da Síntese semanal da atualidade europeia - 29 de setembro a 3 de outubro de 2025

1. CONSELHO EUROPEU INFORMAL - COPENHAGA	1
Defesa Europeia	1
Ucrânia	2
2. COMUNIDADE POLÍTICA EUROPEIA	3
3. UNIÃO DA POUPANÇA E INVESTIMENTO	4
4. MOÇÕES DE CENSURA À COMISSÃO EUROPEIA	5
5. CONSELHO DA EUROPA	5
6. COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR	6
7. REUNIÕES DO CONSELHO	6
8. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA	6
Conselho Europeu	6
Parlamento Europeu	7
Comissão Europeia	7
Conselho da UE	7

1. CONSELHO EUROPEU INFORMAL - COPENHAGA¹

A **reunião informal dos membros do Conselho Europeu**, em Copenhaga a 1 de outubro de 2025, representou um momento estratégico de debate sobre a **defesa europeia** e o **apoio contínuo à Ucrânia** (detalhe [aqui](#)). Sob convite de António Costa e acolhimento de Mette Frederiksen, os líderes discutiram o reforço da prontidão comum da União num contexto de crescente pressão geopolítica, marcado pelas violações do espaço aéreo da Polónia, Estónia e Roménia pela Rússia. António Costa destacou os avanços já alcançados — aumento do financiamento da defesa, apoio à base tecnológica e industrial e lançamento de projetos conjuntos — mas sublinhou que era tempo de dar passos mais concretos e ambiciosos para atingir até 2030 uma capacidade europeia efetiva de resposta conjunta às ameaças (mais informação sobre a defesa da UE [aqui](#)).



Em Copenhaga, os trabalhos foram organizados em torno das três questões estruturantes colocadas pelo Presidente do Conselho Europeu na carta de convite (disponível [aqui](#)):

- **Como obter resultados mais rapidamente?**
Com base em decisões anteriores, como acelerar o desenvolvimento conjunto de capacidades? Isto inclui o melhor aproveitamento do modelo de “país líder” para projetos prioritários, a adoção de uma estratégia global coerente, a simplificação de processos, o reforço da interoperabilidade e da normalização, e a criação de previsibilidade para a indústria de defesa europeia.
- **Apoio ao flanco oriental:**
De que forma utilizar os instrumentos e programas da UE para apoiar de modo mais eficaz os Estados-Membros do flanco oriental, confrontados com ameaças crescentes à sua segurança?
- **Governança e supervisão:**
Como assegurar uma governação política e uma coordenação eficaz para detetar lacunas de capacidades e medir progressos? E como reforçar o papel dos ministros da Defesa no Conselho neste processo de acompanhamento e de definição de orientações?

Defesa Europeia

Recorde-se que a Comissão Europeia apresentou, a 29 de setembro de 2025, um documento de enquadramento dirigido aos dirigentes europeus em preparação da reunião informal de Copenhaga, no qual defendeu o lançamento de **quatro projetos-piloto de defesa: o Muro Europeu de Drones; a Vigilância do Flanco Oriental (Eastern Flank Watch); o Escudo de Defesa Aérea; e o Escudo de Defesa Espacial.**

¹ Fotos oficiais da Presidência dinamarquesa do Conselho em <https://flickr.com/photos/202813539@N07/albums/>

O documento sublinhou a necessidade de uma abordagem “sistémica” para alcançar, até 2030, uma verdadeira Europa da defesa, insistindo no fecho rápido do processo de formação de coligações de capacidades coletivas. A Comissão defendeu ainda que a aquisição conjunta de equipamentos deve tornar-se a norma, pois permitirá ganhos de escala, maior capacidade produtiva da indústria europeia de defesa e melhor interoperabilidade. Para tal, será essencial atualizar os quadros legislativos em matéria de concorrência e auxílios estatais, além de acelerar medidas de simplificação administrativa, designadamente através de novos pacotes omnibus.

No domínio da inovação, a Comissão anunciou a preparação de um roteiro para a transformação da defesa europeia, a apresentar até novembro, acompanhada de um pacote ambicioso sobre mobilidade militar. Estas propostas deverão ser incorporadas no futuro: **“Roteiro para a preparação de uma Europa da defesa com horizonte em 2030”**, a apresentar em meados de outubro, antes da reunião do Conselho Europeu de 23 e 24 de outubro. As propostas da Comissão estão disponíveis [aqui](#)².

Ucrânia

O segundo grande eixo do encontro foi a **Ucrânia**, considerada por António Costa como parte intrínseca da segurança europeia. O debate procurou **dar resposta à questão de como manter um apoio previsível, fiável e sustentado à Ucrânia, em todas as dimensões: militar, económica e política**. Foi destacada a importância de apoiar as forças armadas ucranianas, vistas como a principal garantia da soberania e segurança do país, de reforçar as sanções contra a Rússia, e de assegurar a continuidade do processo de adesão da Ucrânia à União, reconhecendo os esforços de reforma realizados apesar da guerra.

O Presidente do Conselho Europeu sublinhou ainda que os resultados desta reunião informal serviriam de base para a preparação do Conselho Europeu de Bruxelas, no final de outubro, onde seriam formalizadas as orientações políticas para os próximos passos, tanto no domínio da defesa europeia como na relação com a Ucrânia.

Nesta Cimeira, os líderes da União Europeia mostraram-se mais abertos à possibilidade de utilizar os cerca de 200 mil milhões de euros de ativos russos congelados desde 2022, com vista a apoiar a Ucrânia no financiamento das suas necessidades militares e orçamentais. O debate ocorreu poucos dias depois de o chanceler alemão, Friedrich Merz, ter admitido pela primeira vez a viabilidade desta solução. Para Frederiksen, trata-se de “*uma muito boa ideia*”, lembrando que “*a Ucrânia é agora a garantia de segurança da Europa*” e que é preciso assegurar que “*a Rússia paga por todas as destruições*”.

A presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, saudou uma “*muito boa primeira discussão*”, observando que, embora seja necessário dar mais consistência a uma proposta, “*vemos o interesse dos dirigentes*”.

A proposta esboçada pela Comissão prevê que, dos 200 mil milhões de euros congelados, 185 mil milhões sejam transferidos pela Euroclear (sediada na Bélgica) e que 140 mil milhões sirvam de base a um “empréstimo de reparação” à Ucrânia, desbloqueado por tranches. Este só seria reembolsado se a Rússia aceitasse indemnizar Kiev. Von der Leyen insistiu que “*a operação não afetaria os ativos da Rússia*” e que “*a Bélgica não poderá ser o único país a suportar o risco*”.

Apesar do apoio crescente, persistiram reservas do primeiro-ministro belga, Bart De Wever, preocupado com a solidez legal da medida e com os riscos financeiros para o seu país. Vários dirigentes intervieram em defesa da proposta, como o irlandês Micheál Martin, o finlandês Petteri Orpo — para quem “*é uma excelente ideia*” — e o sueco Ulf Kristersson, que afirmou ser “*inaceitável congelar capitais russos sem qualquer possibilidade de utilização*”. Os Países Baixos e a França apoiaram igualmente o dispositivo, mas com a condição de que seja juridicamente sólido e que as garantias sejam dadas de forma coletiva, para não deixar a Bélgica isolada. Emmanuel Macron sublinhou que a União deve “*permanecer uma praça atrativa e fiável*”, conciliando o

² Cortesia da Agence Europe.

respeito pelo direito internacional com a necessidade de “*dar visibilidade à Ucrânia em termos de financiamento*”.

No capítulo do **alargamento**, os líderes aproveitaram o encontro para reiterar o seu apoio ao processo de adesão da **Ucrânia** e para saudar as reformas já empreendidas pelo país. Contudo, a discussão sobre a possibilidade de modificar as regras de decisão, de forma a contornar vetos e permitir a abertura de novos “clusters” de negociação por maioria qualificada, revelou-se pouco frutífera (notícia [aqui](#)). Segundo alguns relatos (e.g. [aqui](#)), a proposta recebeu uma primeira receção “positiva, com exceção da Hungria”, que mantém a sua oposição. Além de Budapeste, também os Países Baixos e a França não se mostraram favoráveis a alterar o sistema da unanimidade.

Na reunião informal dos líderes da União Europeia em Copenhaga, a Presidente do Parlamento Europeu, Roberta Metsola, destacou a simplificação, a defesa, o apoio à Ucrânia, a energia, o Médio Oriente e as migrações como prioridades centrais (discurso integral [aqui](#)).

2. COMUNIDADE POLÍTICA EUROPEIA³

Na carta de convite ([aqui](#)) dirigida aos participantes da **7.ª reunião da Comunidade Política Europeia (CPE), realizada em Copenhaga a 2 de outubro de 2025**, o Presidente do Conselho Europeu, António Costa, sublinhou que este fórum representava a demonstração de uma “*vontade política partilhada*”. Reafirmou que, em conjunto, os líderes europeus se tinham comprometido a trabalhar “*pela paz, pelo desenvolvimento e pela prosperidade das nossas sociedades e dos nossos cidadãos*”.



O convite enquadrou a reunião no contexto da guerra na Ucrânia e das transformações geopolíticas, pedindo aos líderes que orientassem as discussões para formas de reforçar a resiliência europeia face a ameaças tradicionais e híbridas, bem como para a segurança económica e os desafios migratórios. (página da reunião [aqui](#)).

A sétima reunião da Comunidade Política Europeia reuniu líderes de todo o continente, no dia seguinte ao Conselho Europeu informal de Copenhaga. O encontro foi co-presidido por António Costa e pela primeira-ministra dinamarquesa, Mette Frederiksen, com a participação da presidente da Comissão, Ursula von der Leyen, e da Presidente do PE, Roberta Metsola. O plenário de abertura foi seguido de mesas-redondas paralelas sobre ameaças tradicionais e híbridas, segurança económica e migração.

Na frente da política externa e regional, António Costa, von der Leyen e a Alta Representante Kaja Kallas reuniram-se com o primeiro-ministro da Arménia, Nikol Pashinyan, e o presidente do Azerbaijão, Ilham Aliyev, para saudar os progressos alcançados em Washington, qualificando-os como um “*momento crucial para a paz e a estabilidade na região*”. Com o primeiro-ministro da Grónlandia, Jens-Frederik Nielsen, Costa destacou o contributo do território para a “*segurança económica e autonomia estratégica da Europa*”. Num encontro com a presidente da Moldávia, Maia Sandu, líderes europeus felicitaram a vitória das forças democráticas e pró-europeias nas eleições, afirmando que “*o povo moldavo escolheu a Europa*” e debatendo formas de acelerar a integração.

³ Foto: Conselho da UE.

No plano bilateral, Costa reuniu-se com o primeiro-ministro da Noruega, Jonas Gahr Støre, para reforçar a parceria em segurança e defesa, apoio à Ucrânia e agenda climática, assinalando que a cooperação entre UE e Noruega se baseava em “valores partilhados e prioridades comuns”. Por fim, António Costa, Ursula von der Leyen e Mette Frederiksen encontraram-se com o presidente ucraniano Volodymyr Zelenskyy, reiterando o apoio conjunto “até que seja alcançada uma paz justa e duradoura”. Sublinhando a mensagem central do encontro, Costa afirmou: “Apoiar a Ucrânia não é apoiar a guerra, é apoiar o direito da Ucrânia a uma paz duradoura, a uma paz justa”.

3. UNIÃO DA POUPANÇA E INVESTIMENTO

A Comissão Europeia apresentou, a 30 de setembro de 2025, **um pacote estratégico para reforçar a União da Poupança e do Investimento, composto por duas iniciativas principais: uma Estratégia de Literacia Financeira e a criação de um plano europeu para as contas de poupança e investimento (PEI)**, responsabilidade da Comissária Maria Luís Albuquerque. O objetivo é melhorar a capacidade dos cidadãos para tomar decisões financeiras informadas, aumentar a confiança no planeamento das poupanças e criar novas oportunidades de investimento acessíveis, estimulando simultaneamente o crescimento económico europeu (detalhe [aqui](#)).

Como salientou a comissária Maria Luís Albuquerque: *“A literacia financeira é fundamental para o bem-estar e a independência. (...) Mas o conhecimento, por si só, não é suficiente. Para se prepararem para os seus grandes objetivos na vida, os cidadãos também precisam de oportunidades para pôr as suas poupanças a funcionar. É por esta razão que estamos a criar um plano europeu para as contas de poupança e de investimento, concebido para tornar as opções de investimento mais acessíveis.*

Com as AIS, os europeus poderiam obter melhores rendimentos das suas poupanças, apoiando simultaneamente o financiamento das empresas da UE, o crescimento económico e a criação de emprego.”



A Comissão Europeia apresentou uma **Estratégia de Literacia Financeira** para responder ao défice persistente neste domínio: segundo o Eurobarómetro 2023, menos de 20% dos cidadãos europeus têm níveis elevados de competências financeiras. A iniciativa assenta em quatro eixos: coordenação e partilha de boas práticas, campanhas de sensibilização à escala da UE, mobilização de instrumentos de financiamento para programas nacionais e investigação, e monitorização contínua. O objetivo é capacitar os cidadãos para gerir melhor os seus orçamentos, aumentar a poupança, prevenir fraudes e investir de forma mais consciente.

O segundo pilar do pacote é o **plano europeu para as contas de poupança e investimento (PEI)**, recomendado aos Estados-Membros como forma de democratizar o acesso aos mercados de capitais. Estas contas devem garantir simplicidade, flexibilidade, diversificação de investimentos e incentivos fiscais atrativos, acompanhados da simplificação fiscal. Ao promover as PEI, a Comissão procura estimular uma cultura de investimento, canalizando poupanças para ativos produtivos, o que permitirá melhorar os rendimentos das famílias e, em simultâneo, reforçar o financiamento das empresas, a competitividade, a inovação e a criação de emprego na União Europeia.

4. MOÇÕES DE CENSURA À COMISSÃO EUROPEIA

O PE deverá pronunciar-se no próximo 9 de outubro sobre **duas moções de censura contra a Comissão Europeia**, apresentadas no início de setembro pelos grupos A Esquerda (GUE/NGL) e *Patriotas pela Europa* (PfE). O debate conjunto em plenário está agendado para segunda-feira, 6 de outubro, em Estrasburgo.

A copresidente do grupo A Esquerda, Manon Aubry, declarou que “*Von der Leyen perdeu a confiança dos povos da Europa. Na próxima semana, caberá ao PE representá-los e derrubar esta Comissão de uma vez por todas!*”. Aubry criticou a falta de medidas da UE face à crise no Médio Oriente e a assinatura dos acordos comerciais com o Mercosul e com os Estados Unidos, considerando o balanço da Comissão “*absolutamente desastroso*”.

Por sua vez, o grupo PfE acusou a União de estar “mais enfraquecida do que nunca”, atribuindo a responsabilidade à alegada incapacidade da presidente da Comissão de responder “aos desafios mais urgentes”.

As moções de censura podem ser consultadas aqui - [PfE](#); e [A Esquerda](#).

5. CONSELHO DA EUROPA

Por ocasião da sua intervenção perante a [Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa](#), em Estrasburgo, a 30 de setembro de 2025, o Secretário-Geral Alain Berset abordou a relação entre a Comunidade Política Europeia (CPE) e o Conselho da Europa, destacando que “*a melhor forma de cooperar é trabalhar verdadeiramente sobre o fundo dos dossiês*” (disponível [aqui](#)).

Recordou que a CPE, criada em 2022 após a agressão russa contra a Ucrânia, é uma “*instituição recente*” cujo objetivo é “*a criação de uma rede informal que permita aos chefes de Estado e de governo europeus encontrarem-se*”. Sublinhou que a sua abrangência geográfica coincide com a do Conselho da Europa, instituição que é regularmente convidada a participar nas reuniões da CPE. Contudo, assinalou a diferença fundamental: o Conselho da Europa é “*uma organização com uma longa tradição ancorada no pós-Segunda Guerra Mundial*”, que ao longo das décadas desenvolveu numerosos instrumentos jurídicos. Entre eles destacou a Convenção Europeia dos Direitos do Homem e a sua Corte, bem como várias convenções temáticas, incluindo a recentemente adotada sobre inteligência artificial, descrita como “*o primeiro tratado juridicamente vinculativo destinado a proteger o Estado de direito, a democracia e os direitos humanos*”.

Berset reconheceu que encontrar uma “*convergência*” entre a CPE e o Conselho da Europa foi “*muito mais difícil do que pensava inicialmente*”. Para ele, a via mais promissora é precisamente trabalhar em conjunto nos temas concretos. Como exemplo, apontou a luta contra a ingerência estrangeira e a desinformação, área em que a CPE se mobilizou rapidamente, mas onde o Conselho da Europa pode oferecer a sua competência única para desenvolver uma Convenção ad hoc, algo que não está ao alcance da CPE.

Ainda no âmbito da APCE, importa dar nota de que o Deputado Ricardo Carvalho (PSD) vai ser o relator do processo de avaliação da suspensão de Israel como membro observador desta Assembleia. Já foi dado “início formal” ao processo, no âmbito da Comissão de Assuntos Políticos e Democracia. Israel é membro observador da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa desde 02 de dezembro de 1957, tendo sido o primeiro país a obter este estatuto e reconhecimento.

Finalmente, a APCE aprovou uma **resolução** ([aqui](#)) em que se apela às autoridades georgianas para que revertam de imediato a atual situação de “*colapso da democracia*”, alertando que está em causa a própria sobrevivência do regime democrático no país. Baseada num relatório da Deputada portuguesa Edite Estrela (SOC), a Assembleia condenou a “repressão contínua e implacável contra a dissidência política” e os processos judiciais politicamente motivados contra membros da oposição, jornalistas e ONG. O texto enumerou várias leis recentes cujo efeito cumulativo “foi devastador para a sociedade civil na Geórgia, cuja sobrevivência está

atualmente em risco”. A PACE lamentou também a incapacidade de criar condições para eleições verdadeiramente democráticas, as intimidações e demissões de funcionários públicos, entre outras práticas.

Nesta resolução, particular preocupação foi expressa face à possibilidade, levantada pelo primeiro-ministro da Geórgia, de banir a oposição democrática, medida que “*equivaleria, na prática, ao estabelecimento de uma ditadura de partido único na Geórgia, incompatível com a pertença ao Conselho da Europa*”.

6. COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR

Nos dias 29 e 30 de setembro de 2025, realizou-se em Billund, Dinamarca e sob Presidência do Parlamento dinamarquês, a Conferência Interparlamentar sobre Estabilidade, Coordenação e Governação Económica (artigo 13.º do TCEG), organizada no âmbito da Presidência dinamarquesa do Conselho da UE.

Os debates centraram-se em três sessões principais: **(I) como pode a UE reforçar a sua posição na economia global; (II) como será financiada a independência da política de segurança da UE; e (III) se as novas regras fiscais europeias são sustentáveis no novo contexto geopolítico** (detalhe e notas de enquadramento [aqui](#)).



A Assembleia da República participou com uma delegação composta pelos *Deputados Joaquim Barbosa (PSD, CTSSI, chefe da delegação), Nuno Simões de Melo (CH, CDN), António Mendonça Mendes (PS, CAE), Alberto Fonseca (PSD, COFAP), Filipe Melo (CH, CECT), Ana Paula Bernardo (PS, CTSSI) e Angélique Da Teresa (IL, CTSSI)*.

Destacamos, em conexão com o Ponto 1 desta síntese, a apresentação do estudo ***The governance and funding of European rearmament***, feito pelo Bruegel ([aqui](#)), propondo a **criação de um Mecanismo Europeu de Defesa** (similar ao Mecanismo Europeu de Estabilidade), para financiar o investimento.

7. REUNIÕES DO CONSELHO

Teve lugar o Conselho [Competitividade – Mercado Interno e Indústria](#).

8. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA

Conselho Europeu

A agenda do Presidente desta instituição, António Costa, está disponível [aqui](#).

Parlamento Europeu

Na próxima semana, terá lugar a [sessão plenária do PE](#), em Estrasburgo. Destacamos: [Debate e votação de duas moções de censura à Comissão Europeia](#); [Debate sobre as violações do espaço aéreo e das infraestruturas críticas europeias pela Rússia; Gaza: debate sobre o papel da UE para apoiar os esforços de paz](#); [Agricultura da UE: simplificar regras e garantir rendimento mais estável](#); [Estratégia política da UE para a América Latina: soberania digital na UE](#).

Comissão Europeia

A [próxima reunião](#) terá lugar a [7 de outubro](#), destacando-se: o **Pacote sobre IA** (*Aplicar a Estratégia para a IA; Uma Estratégia Europeia para a IA na ciência*); **Abordar os efeitos da sobrecapacidade global no mercado siderúrgico da UE**; **Nova estratégia para a igualdade LGBTIQ**.

Conselho da UE

O [calendário](#) está disponível e terão lugar as seguintes reuniões: 9 de outubro - [Eurogrupo](#); 9 e 10 de outubro - [Reunião informal dos ministros das Telecomunicações](#).

Bruxelas | 3 de outubro de 2025

Para mais informações: [Bruno Dias Pinheiro](#), Representante Permanente da AR junto da UE (página dedicada [aqui](#)).

Pode consultar as Sínteses anteriores [aqui](#)